



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025





ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO GLOBAL.....	5
2. PRINCIPAIS PRIORIDADES	8
3. OBJECTIVOS	11
4. ATIVIDADES A PROMOVER.....	14
4.1. HOSPITAL DE BENEFICÊNCIA CONDESSA DAS CANAS.....	14
4.2. REVISÃO/CONTRATUALIZAÇÃO ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM ESTADO	15
4.3. REABILITAÇÃO DO COMPLEXO SOCIAL – LAR COMENDADOR CRUZ PEREIRA / SAD.....	17
4.4. INSTALAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS.....	17
4.5. VALORIZAÇÃO PATRIMÓNIO.....	18
4.6. A COMARCA DE ARGANIL	19
4.7. EQUIPA AÇÃO PALIATIVA.....	20
4.8. MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS – MATA E JARDINS	20
4.9. CANTINAS SOCIAIS	21
4.10. MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS E ATIVIDADES DIVERSAS	21
4.11. ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS.....	22
4.12. CINETEATRO ALVES COELHO.....	23
4.13. DEFESA DOS INTERESSES DA MISERICÓRDIA – Direito de Superfície e ações contra a Segurança Social	23
4.14. PROJETO “CASA COM VIDA R” – BPI E FUNDAÇÃO “LA CAIXA”	24
5. ORÇAMENTO	24
5.1. RENDIMENTOS.....	26
5.1.1. Rendimentos / Descrição.....	27
5.2. GASTOS.....	30
5.2.1. Gastos / Descrição	32
6. INVESTIMENTOS.....	33
7. CONCLUSÃO.....	34
ANEXOS – CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL	



1. ENQUADRAMENTO GLOBAL

A atualidade continua a ser marcada pelos conflitos bélicos que decorrem no contexto da Europa (Federação Russa / Ucrânia), assim como no médio oriente (Israel / Irão), não se vislumbrando no horizonte um fim imediato às contendas em curso, existindo ainda um risco de alargamento desses mesmos conflitos e da sua escala.

Por outro lado, as eleições nos Estados Unidos da América, bem como a instabilidade no Governo Alemão, poderão, conjugadas, ter repercussões não apenas nos mercados internacionais, mas de igual modo na perceção dos equilíbrios geopolíticos.

Em termos do contexto económico, de acordo com o boletim económico do Banco de Portugal (BP) do mês de Outubro, a projeção do crescimento económico para 2025 será de 2,1%, ao contrário de 2024, cuja estimativa radica em 1,9%.

Ao nível da taxa de inflação o valor previsto para o ano de 2024, rondará os 2,6%, sendo que a estimativa para o ano vindouro (2025) será de **2% em Portugal**.

Da análise do referido boletim, percebe-se que a componente que mais tem contribuído, em 2024 e na projeção para 2025, para a formação do valor da taxa de inflação é a **referente aos preços dos serviços**, o que reflete mais as “pressões inflacionistas internas”, já que os preços da maioria dos bens é determinado pelos mercados internacionais e a relação entre a oferta e a procura.

Já ao nível da zona euro o valor estimado da taxa de inflação será de 2,2%, sendo que o impacto da componente energética estará muito relacionada com os conflitos em curso que poderão, ou não, dependendo da respetiva evolução, condicionar a oferta, nomeadamente dos produtos associados a hidrocarbonetos (petróleo), e com isso influenciar os preços.

Dito isto, embora se estime que a taxa de inflação esteja “controlada” e rumo a valores normalizados, nomeadamente em Portugal, a componente de custos com “a mão-de-obra” e a componente dos produtos energéticos, poderão vir a sofrer percalços que de imediato se repercutirão na vivência, não apenas da Misericórdia mas em todo o Setor Social, como aliás sucedeu no passado recente.

Para tanto, não deve ser desconsiderado o **aumento do Salário Mínimo Nacional**, em mais 6,1%, passando de oitocentos e vinte euros (820,00€) para oitocentos e setenta euros (870,00€), ao qual deverão ser



acrescidas as despesas com as contribuições para a Segurança Social, seguros e outras componentes como subsídios de turno, feriados, etc.

Para além disso, o Acordo Tripartido obtido na Concertação Social em Outubro do corrente ano, **elencou um aumento de 4,7% na componente da remuneração**, tendo em vista a valorização do salário médio.

Não obstante, importa realçar que no caso das Instituições do terceiro Setor, ou de solidariedade, e **uma vez que estas não conseguem repercutir diretamente os custos de contexto no serviço prestado**, por força dos normativos resultantes da cooperação com o parceiro Estado, podemos assumir que à taxa de inflação (2%) deverá ser acrescido os custos com pessoal, o que significa que a margem de aumento de custos tende a assumir, como ponto de partida, entre 8% a 10%.

Dessa forma, não apenas o clima de incerteza mundial continua a estar presente nas preocupações da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, adiante Misericórdia, como aliás tem sido uma constante ao longo dos últimos anos, mas também os aspetos resultantes dos custos fixos, como são, entre outros, os custos com a remuneração dos recursos humanos ao serviço da Instituição.

E essa preocupação é tanto maior, consoante o grau de dependência da cooperação com o parceiro Estado, dos investimentos realizados e a realizar, ou mesmo das fontes de receita da Misericórdia que estão fora da esfera relacionada com as respostas sociais que tradicionalmente desenvolve.

Nesse particular, a **componente do património não deixará de ser pertinente como alavanca de receitas** que possam assegurar uma maior estabilidade futura da Misericórdia, e onde a rentabilização de espaços como o antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas tem papel crucial, face ao investimento nele já realizado, mas também de eventuais projetos de desenvolvimento de edificações destinadas ao mercado de arrendamento.

Por outro lado, será fundamental que o inscrito no Pacto de Cooperação para a Solidariedade, celebrado em Dezembro de 2021, seja alcançado, e neste caso a **concretização da meta dos 50% suportados pela componente da comparticipação do Setor Estado ao nível da cooperação**.

Consequentemente, o grande desafio da Misericórdia, à semelhança do que se passa de uma forma transversal a todo o Setor Social, será o de manter os custos em níveis suportados pela atividade normal da Instituição, e que diga-se, não é tarefa fácil.

Dificuldade essa, resultante, em grande medida, de fatores externos, e por isso não controláveis pelos Órgãos Sociais da Instituição, como são, por exemplo, a definição de valores remuneratórios para a



generalidade dos colaboradores, a atualização das comparticipações do parceiro Estado e, ou, os custos de matérias-primas.

A par disso, **existem ainda um conjunto de instrumentos financeiros que representam um encargo financeiro para a Misericórdia** e cujo pagamento está em curso, com destaque para o empréstimo contraído para a realização de investimento no antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas, junto da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo (CCAM).

Assim, a Instituição conta com um montante global decorrente do recurso à banca de cerca de dois milhões e sessenta mil euros (2.060.000,00€), com base nos valores previstos/executados até Novembro de 2024, inclusive, onde estão também incluídos dois instrumentos financeiros (Montepio – Linha Apoio Social Covid-19/94.117,00€ e Montepio E-Social/85.781,00€).

Nesse montante está também incluído um valor de oitenta mil euros (80.000,00€), correspondente ao empréstimo contraído junto da Caixa Económica Montepio (CEM) no ano em curso, para apoio à tesouraria da Misericórdia, e cujo período de carência é de 6 meses, culminando em 2025 o início do respetivo pagamento.

Dessa forma, a Instituição tem na atualidade um encargo mensal, entre amortizações e juros, de cerca de vinte mil euros, mais precisamente dezanove mil, seiscentos e noventa e seis e oitenta e dois cêntimos (19.696,82€).

Consequentemente, o contexto em que a Misericórdia se movimenta e desempenha as suas funções não é o ideal, estando sujeito a inúmeras variáveis que podem, a qualquer momento, distorcer a programação e o planeamento realizado.



2. PRINCIPAIS PRIORIDADES

Conhecido, resumidamente, o cenário de fundo em que a Instituição compre a sua missão, e neste caso a concretização das 14 Obras de Misericórdia, temos que referir que o ano que se avizinha não será fácil.

No entanto, a experiência adquirida ao longo dos séculos de existência da Santa Casa permite-nos olhar para o futuro com confiança e serenidade, desde logo, porque somos Mulheres e Homens de Misericórdia!

Consequentemente, a Instituição, e pela força dos empréstimos contraídos junto da Banca, não deixará de ter como prioridade **manter e assegurar o pagamento das respetivas obrigações financeiras**, sendo esta obrigação uma componente essencial no momento atual da existência da Misericórdia.

Outra prioridade passará pela concretização da **entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas**, não descartando a Instituição qualquer modalidade, seja ela com uma exploração direta, resultante da instalação de serviços vocacionados para a área da saúde, ou através do estabelecimento de parcerias com privados.

A este propósito, deverá ser referido que estão a decorrer **negociações com entidades do Setor Privado**, visando a colocação em funcionamento da secular unidade hospitalar recentemente reabilitada.

Também aqui nesta prioridade, existem igualmente **contactos junto da ULS Coimbra**, visando a eventual contratualização de camas para acolhimento de pacientes internados no Hospital Universitário de Coimbra e de outras unidades inseridas na dependência dessa estrutura pública.

No entanto, também nesta prioridade a Mesa Administrativa **terá que ter a devida margem de ação para concretizar as opções mais adequadas**, margem essa inserida no presente projeto de Plano de Atividades e Orçamento mediante a sua aprovação, sendo que não poderá ser desvalorizado o facto de não ter sido aprovada a candidatura submetida ao aviso n.º 02/CO1-i02/2023, abrangendo as tipologias de Paliativos, Convalesça e Longa Duração e Manutenção.

Já o património e a respetiva gestão continuam a assumir papel crucial na estratégia da Misericórdia, e neste caso a Instituição procurará **manter o edificado em vida útil e com menor necessidade de investimento na respetiva manutenção, ao contrário daquele cujo potencial de rentabilização tende a ser diminuto, ou implique um investimento significativo, e por isso deverá ser colocado no mercado para alienação**.



Razão pela qual, o **desenvolvimento de um projeto urbanístico nos terrenos existentes junto ao Paço Grande** deverá ser colocado como prioridade, até porque foi gorada a possibilidade de parceria com a autarquia e o IRHU.

Sem ser possível definir com exatidão um cronograma para a sua execução, não deixará de ser uma **prioridade para a Misericórdia a reabilitação do seu Bairro**, o qual foi alvo de uma candidatura em 22 de Março de 2024 ao programa 1º Direito, mas cujo desfecho ainda se desconhece.

Ainda no campo do património, o ano de 2025 será crucial para que a **situação do Cineteatro Alves Coelho tenha um desfecho**, especialmente porque a escritura de constituição de direito de superfície a favor da autarquia estabelece a sua recuperação e reabilitação num prazo máximo de quatro (4) anos, prazo este que finda em Abril de 2025.

Assim, a Misericórdia fez já recordar junto da Câmara Municipal de Arganil, quer por via postal e quer publicamente, as obrigações existentes, alertando para que a intenção de classificação do edifício em causa como de Interesse Municipal, não venha a ser mais uma justificação para que seja protelado este desiderato.

Outro aspeto que deverá ser alvo de atenção e decisão passa pela **temática da secular Feira do Mont'Alto**, certame que tem vindo, ano após ano, a perder visibilidade e impacto na região, tendo o ano de 2024 sido uma perfeita desilusão.

Razão pela qual **deverá ser equacionada a manutenção do protocolo celebrado com a autarquia em 6 de Setembro de 2011**, e cujo período de vigência é de três (3) anos, podendo ser rescindido com uma antecedência de três (3) meses, por qualquer das partes.

Ainda na componente do património, mas no caso em apreço do edificado relativo ao funcionamento de respostas sociais, como é o caso do Complexo Social, **preconiza-se a continuação dos trabalhos de higienização e melhoria de alguns espaços** (salas de estar, salas de atividades, casas de banho, arrumos, coberturas etc), recorrendo a pessoal interno.

No entanto, a Misericórdia deseja e pretende realizar uma **intervenção de maior envergadura, e por isso através da contratação junto de empresas de construção**, nos espaços afetos à cozinha, armazém e balneários, em virtude da degradação dos mesmos, por força de trabalhos, no entender da Instituição, desadequadamente realizados no passado, correndo sobre esta matéria ação judicial cujo autor é a própria Santa Casa.



A esse propósito continua a aguardar-se decisão à candidatura apresentada ao PRR, no âmbito do aviso n.º 11/C03-i01/2024, tendo como pano de fundo a **ampliação da capacidade de resposta do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e a realização das obras preconizadas** no parágrafo anterior.

Visando ainda, manter a tónica na inovação, a Misericórdia pretende apresentar **candidatura ao Programa de Inovação Social 2030 | Parcerias para a Inovação Social**, ao aviso de abertura CENTRO-2030-2024-25, tendo em vista a aplicação de conhecimentos de Neuro-arquitetura no edifício sede da Instituição, apostando na promoção da autonomia funcional e procurando a melhoria da qualidade de vida dos utentes.

Ainda no campo de candidaturas submetidas ao PRR, deverá ser referido o aviso n.º 12/c03-i01/2024, reportado à mobilidade verde e neste caso destinada à **aquisição de uma viatura elétrica para a resposta social de Centro de Dia (CD)**, com capacidade para transporte de pessoas de menor autonomia física.

Outro aspeto de relevo preconizado para o ano de 2025, passará pela **alteração da página oficial da Instituição**, neste caso adequando-a a novas funcionalidades capazes de promover a acessibilidade digital, assim como a introdução do canal de denúncia eletrónico.

No campo da intervenção social da Misericórdia, preconiza-se a **manutenção da medida das cantinas sociais, no âmbito do Programa de Emergência Alimentar (PEA)**, visto que, já em 2024, a Instituição deu por encerrada a sua participação no POAPMC.

Dará ainda **continuidade à componente de ação paliativa**, integrada na sua resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e que se tem revelado muito importante no contexto local, ao mesmo tempo que manterá os esforços tendo em vista, não apenas a majoração da comparticipação por parte da Segurança Social do SAD, mas de igual modo a **reafecção de verbas resultantes das frequências do Centro de Dia**.

Ainda no campo das intervenções sociais, perspectiva-se para 2025 o término do projeto apoiado pela "Fundação la Caixa" | BPI, que ao longo de 2024 desenvolveu inúmeras atividades vocacionadas para o apoio aos públicos das diferentes respostas e equipamentos da Misericórdia.

Quanto à questão ambiental, esta continuará na ordem do dia da vida da Misericórdia, e neste caso a **preservação e manutenção da sua Mata e dos jardins**, não deixará de ser uma preocupação, apesar do enorme esforço que é despendido para esse objetivo, tanto mais que estes espaços não contribuem apenas para o embelezamento de toda a envolvente dos edifícios da Instituição, mas de igual modo são utilizados pelos utentes e comunidade.



Na componente cultural, o destaque deverá dado à **manutenção do apoio à Academia Condessa das Canas, designadamente à escola de Ballet** que desenvolve atividades não apenas no concelho de Arganil, mas igualmente nos concelhos limítrofes, afirmando-se, cada vez mais, como uma referência na região.

Importa ainda destacar no leque de prioridades, a realização de um conjunto de atividades enquadradas **nas celebrações dos 20 anos** de entrada em funcionamento do Centro de Saúde de Arganil, o qual ocorreu em 2005 e que resultou de parceria celebrada entre Misericórdia, Câmara Municipal de Arganil e Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC).

Por último, não podemos deixar de inscrever como prioridade **prestar-se um tributo duradouro à memória do querido e estimado Prof. José Dias Coimbra** que, infelizmente, veio a falecer em 21 de Janeiro de 2024 e que, indelevelmente marcou ao longo de várias gerações a vida da Misericórdia.

Neste caso, deseja-se a colocação de um busto em sua memória num dos espaços dos jardins afetos ao Complexo de Saúde, designadamente perto do Hospital de Beneficência Condessa das Canas e do monumento da respetiva Benemérita.

3. OBJECTIVOS

Ao longo dos últimos anos o planeamento atempado tem sido essencial para a preservação da capacidade de ação da Misericórdia, o que implica a definição prévia das metas a concretizar e as consequentes ações que promovem a concretização das mesmas.

E não sendo tarefa fácil a execução de todas as ações consentâneas com os objetivos traçados, o esforço é sempre adequado aos recursos disponíveis, perante o contexto e as suas circunstâncias.

Dito isso, e num cenário de grande empenho de recursos económicos, uma parte para cumprir as obrigações prestacionais dos empréstimos contraídos, e outra para a normal atividade da Misericórdia, a definição dos objetivos para o próximo ano deverá ser assertiva e incisiva, à semelhança do inscrito em anos anteriores, pelo que, de seguida, serão os mesmos apresentados.

- a) **Colocar os investimentos realizados, e os que se pretendem realizar, ao serviço do reforço da sustentabilidade da Misericórdia nos campos social e económico;**



A identificação deste objetivo visa orientar a atuação da Misericórdia para que os investimentos que realizará, ou já realizou num passado recente, tenham, cada vez mais, uma dimensão de garante da sustentabilidade futura da Instituição.

E aí entram, não apenas o **reabilitado Hospital de Beneficência Condessa das Canas**, que aguarda a conclusão de alguns trabalhos para que seja possível a solicitação da licença de utilização, mas de igual modo toda a panóplia de equipamentos afetos a esse investimento como são os casos do **Grupo de Geradores e o Posto de transformação**.

Por outro lado, a preocupação com o recurso a energias limpas e renováveis é uma linha de atuação da Instituição, estimando-se que no próximo ano o **retorno da aplicação de painéis fotovoltaicos seja uma realidade**, designadamente no funcionamento da Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) e do Hospital Dr. Fernando Valle.

Ainda neste campo, a eventual instalação de mais um conjunto de painéis deste género não deverá ser descurada, bem como de um renovado sistema de aquecimento solar de águas, isto se para isso houver enquadramento em termos de candidaturas a fundos comunitários ou recursos próprios.

Também as **obras preconizadas para a cozinha, armazém e balneários**, deverão ser vistas, não apenas numa lógica de melhoria das condições de funcionamento das diferentes respostas sociais inseridas no Complexo Social (ERPI, CD e SAD), mas também como forma para de a capacidade de ação da Instituição e com isso aspirar ao alargamento dos Acordos de Cooperação com o parceiro Estado.

A eventual **aprovação da candidatura ao 1º Direito**, no caso do Bairro da Misericórdia, representará um investimento que contribuirá para a requalificação de 16 fogos, algo de bastante importante para a Instituição, a par do **desenvolvimento de um projeto urbanístico nos terrenos sitos no Paço Grande**, este já numa lógica de arrendamento sustentável.

Por fim, a possibilidade de **aquisição de mais uma viatura elétrica**, no âmbito de candidatura apresentada ao PRR - Mobilidade Verde, não deixará de ser pertinente para a eventual melhoria da rede de transportes no contexto de Centro de Dia, potencializando uma eventual ampliação do número de utentes nesta resposta social.

- b) **Manter a operacionalidade das diferentes respostas/valências, assegurando a prestação de serviços à comunidade e contribuindo para a coesão social;**



Na atualidade a Misericórdia desenvolve um vasto leque de respostas sociais distribuídas pelos Complexos de que é possuidora e que vão, grosso modo, desde as que resultam de Acordos de Cooperação com a Segurança Social, a Protocolos com a área da Saúde.

No entanto, o incremento de custos, associados às convulsões da última década, têm suscitado enormes dificuldades ao desenvolvimento e funcionamento das diversas respostas e serviços promovidos pela Instituição.

Razão pela qual é repetida a **imperiosa necessidade de revisão da política de cooperação entre Setor Estado e Setor Social**, visto que os níveis de comparticipação das respostas cujo funcionamento é protocolado com os diversos organismos públicos são, claramente, insuficientes.

Motivo pelo qual, se apela, incessantemente, para que o Pacto de Cooperação Para a Solidariedade veja em prática a **comparticipação de, pelo menos, 50%** dos custos de funcionamento das respostas sociais.

No caso da Misericórdia, outro aspeto fundamental prende-se com a **reafecção das verbas** da resposta social de Centro de Dia, cujo processo remonta alguns anos atrás, a **majoração da resposta de SAD**, ou a **manutenção das designadas vagas extra-acordo**, no âmbito da Portaria n.º 38-A/2023 de 2 de Fevereiro.

Não obstante estas considerações, e ainda no presente objetivo, não deverá ser descurada a necessidade de diligenciar junto dos serviços da Segurança Social para que, não apenas nas designadas vagas hospitalares em funcionamento na ERPI (6), mas de igual modo também as vagas cativas (10) existentes na mesma resposta social, **sejam pagas atempadamente para que não subcarreguem a tesouraria da Instituição** que, constantemente, se depara com problemas de liquidez.

Assim, como se apela a que os níveis de pagamento no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados **sejam revistos para valores capazes de suprir os “deficits”** acumulados em muitas das Unidades na esfera das Misericórdias Portuguesas.

No campo da área da Medicina Física e de Reabilitação, onde a Misericórdia opera com a sua Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR), deverá ser mantida a oferta de serviços, procurando-se, se possível, **ampliar o leque de utilizadores**, assim como da sua área geográfica, nomeadamente por via dos seguros, uma vez que os valores comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, no âmbito da convenção em vigor, continuam muito aquém do desejável.



Por último, e também na componente da prestação de serviços de saúde, a eventual contratualização de camas no antigo Hospital, deverá ser uma das vias para a sua rentabilização, sem que seja descurada a negociação com os privados.

4. ATIVIDADES A PROMOVER

Traçados os objetivos a que se propõe a Mesa Administrativa realizar no próximo ano, mas sabendo-se dos enormes constrangimentos existentes à Missão da Instituição e já desenvolvidos nas páginas anteriores, importa agora identificar as atividades a desenvolver com o intuito de serem alcançadas as metas definidas, sempre com a tónica de que estas estão condicionadas aos recursos disponíveis.

Razão pela qual, várias atividades têm sido inscritas sucessivamente, não apenas porque várias destas integram um processo contínuo de atuação da Misericórdia, mas outras porque a sua execução depende sempre dos meios de que a Instituição dispõe a cada momento – “é preciso ajustar as velas ao vento”.

4.1 HOSPITAL DE BENEFICÊNCIA CONDESSA DAS CANAS

No ano de 2024 foi apresentada uma candidatura ao PRR, mais em concreto ao aviso n.º 02/CO1-io2/2023, **priorizando a aquisição de equipamento e mobiliário hospitalar**, assim como o reforço nas **áreas da cozinha e lavandaria**, num investimento de cerca de quatrocentos mil euros (400.000,00€).

Desses, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e um mil euros e trinta e três cêntimos (345.641,33€) foram apresentados como elegíveis na referida candidatura, sendo que setenta e nove mil, quatrocentos e noventa euros (79.498,00€) em autofinanciamento.

A referida candidatura destinava-se à **instalação de três tipologias no antigo hospital**, distribuídas da seguinte forma: 10 camas para Unidade de Cuidados Paliativos, 16 camas de Unidade de Longa Duração e 10 camas de Unidade de Convalescença.

Contudo, a mesma não mereceu a aprovação desejada, isto apesar da classificação obtida em cada uma das tipologias ser bastante honrosa, sendo apenas ultrapassada pelo critério que o aviso priorizou territórios específicos.



Assim, já não bastava o atraso e a demora na abertura e publicação do aviso em causa, como ainda o processo foi concluído com o não enquadramento no financiamento do PRR do apoio ao investimento solicitado.

Nesse sentido, preconiza-se para o ano de 2025 a conclusão de **negociações com dois grupos privados**, no intuito de ser colocado em funcionamento uma clínica destinada à prestação de serviços de saúde, designadamente através da disponibilização de diversas especialidades, eventualmente com hemodiálise.

De igual modo, e **no contexto do Plano de Emergência para a Saúde**, a Misericórdia sinalizou a sua disponibilidade junto do Grupo Misericórdias Saúde (GMS) para, no âmbito da Medicina Familiar, assegurar a cobertura dos utentes do concelho de Arganil sem médico de família, assim como dos utentes do concelho vizinho de Tábua.

Outro aspeto em análise, poderá passar pela **contratualização com a Unidade Local de Saúde Coimbra (ULSC)** a disponibilização de camas para o acolhimento de doentes encaminhados do Hospital de Coimbra.

No entanto, tal acordo deverá pressupor que os interesses da Instituição estão acutelados, visto que o investimento a realizar é deveras significativo, nomeadamente ao nível dos recursos humanos e do equipamento, apenas possível após a obtenção da licença de utilização.

4.2 REVISÃO/CONTRATUALIZAÇÃO ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM ESTADO

Sabendo-se que a componente da cooperação com o Estado tem um peso significativo no funcionamento da Misericórdia, torna-se crucial que a contratualização com esse corresponda às necessidades, não apenas da comunidade, mas igualmente da Instituição.

Razão pela qual se pretende que o **processo de reafectação de verbas** provenientes da redução da frequência na resposta de Centro de Dia (Sede e Secarias) seja canalizada para o reforço do número de utentes em acordo de cooperação na resposta de SAD, passando de 25 para, pelo menos, 32, uma vez que a capacidade instalada nesta última valência é de 40 e, atualmente, este número está concretizado. Atente-se que este processo já se arrasta desde 2022.



Por outro lado, foi apresentada, em 23 de Abril de 2024, candidatura ao aviso n.º 11/C03-i01/2024, com o intuito de promover o **alargamento da capacidade de SAD**, passando de 40 para 50 utentes, ao mesmo que serão requalificadas algumas áreas comuns, designadamente a cozinha e o armazém.

O apoio solicitado apresentou um montante de noventa e nove mil, novecentos e oitenta e seis euros e setenta e três cêntimos (99.986,73€), correspondendo a 100% do investimento a realizar.

Ainda na área da cooperação com o Setor Estado, foi **solicitada a revisão do acordo de cooperação para a resposta social de Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL)**, tendo em vista responder ao aumento da procura da mesma pelas famílias de Arganil já para o ano letivo 2024-2025.

Esse aumento de capacidades desejado implicava o aumento da capacidade da resposta social em mais 40 crianças, passando assim de 60 para 100 o número de utentes em CATL.

No entanto, e apesar da cedência por parte da autarquia de mais uma sala contígua ao equipamento, os serviços técnicos da Segurança Social indeferiram o pedido efetuado pela Misericórdia com base no relatório proferido, em face da necessidade do aumento das instalações sanitárias!

No entanto, para responder às enormes solicitações da comunidade, a Misericórdia **criou a designada Sala de Apoio à Infância (SAI)**, definindo para o presente ano letivo uma comparticipação das famílias correspondente ao montante definido de comparticipação pela Segurança Social para o CATL de pontas e interrupções letivas (59,75€).

No caso das respostas da área dos Cuidados Continuados, a expectativa é a de que seja mantida ao longo do próximo ano a **taxa de ocupação acima dos 85%**, quer para a tipologia de Média Duração e Reabilitação e quer para a tipologia de Longa Duração e Manutenção.

O Hospital Dr. Fernando Valle, dotado de 24 camas, distribuídas em igual número pelas tipologias já referidas, necessita de assegurar esses índices de ocupação para permitir a estabilidade da resposta e o seu contributo para a sustentabilidade da Misericórdia.

No entanto, não pode deixar de ser referida a necessidade de atualização dos valores pagos pelos Ministérios da Saúde e Segurança Social, pelo menos correspondentes às atualizações decorrentes dos níveis da inflação.



4.3 REABILITAÇÃO DO COMPLEXO SOCIAL – LAR COMENDADOR CRUZ PEREIRA / SAD

Apesar dos escassos apoios públicos para a realização de uma intervenção mais profunda no Complexo Social, com especial incidência na sua estrutura residencial, a Instituição através da sua área de manutenção e logística tem vindo a introduzir diversas melhorias nos espaços, higienizando-os e adequando-os às novas exigências.

Situação que se irá manter, através da melhoria de casas de banho, salas de estar, arrumos, entre outros espaços.

Não obstante isso, preconiza-se que em 2025 possam ter início as diligências necessárias à intervenção em algumas áreas comuns, nomeadamente na cozinha, armazém e balneários, nos termos referidos no ponto anterior (3.2).

Também o processo de implementação das Medidas de Autoproteção, que se desenrolaram ao longo de 2024, carece da respetiva vistoria e eventuais ajustes, algo que prevê para 2025.

Contudo, a Instituição irá manter a pretensão de continuar a apresentar candidaturas aos Fundos Comunitários, visando uma intervenção mais profunda, no qual se inclui o Programa de Inovação Social 2030 | Parcerias para a Inovação Social.

4.4 INSTALAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS

No decurso de 2024 foram instalados painéis fotovoltaicos no Complexo Social, designadamente no âmbito do funcionamento da ERPI, assim como no Complexo de Saúde - unidade de cuidados continuados – Dr. Fernando Valle, com o objetivo de diminuir os custos com a eletricidade.

No entanto, a preocupação com a redução de custos nesta componente energética associada à questão ambiental, reforça a necessidade de se dar continuidade a esta medida, alargando-a, se possível, a outras edificações da Instituição.

Razão pela qual, idêntica medida deverá ser preconizada e dinamizada para o reabilitado – Hospital de Beneficência Condessa das Canas.



Consequentemente, no próximo ano deverão ser encetados esforços para aferir da viabilidade de um projeto destinado à instalação de estruturas de captação da luz solar e a sua reconversão em energia elétrica, sem ser descurada a possibilidade de apresentação de candidatura, ou a celebração de parcerias/protocolos que possibilitem a concretização desse desiderato, nomeadamente uma eventual comunidade energética.

4.5 VALORIZAÇÃO PATRIMÓNIO

O património tem sido um pilar basilar para a vida da Misericórdia, designadamente as designadas Propriedades de Investimento (PI), não apenas porque asseguram uma fonte de receitas complementar à atividade da Instituição, mas de igual modo porque permitem, através da respetiva alienação, assegurar a injeção de liquidez em situações de necessidade.

Nesse sentido, a Instituição tem procurado manter essas propriedades durante o período em que o grau de investimentos para a sua manutenção é inferior, após o qual, e ponderada a entrada de novo património, procede à respetiva venda.

Contudo, a visão de longo prazo confere à Instituição o interesse em alargar a sua base patrimonial, cuja existência tem impacto nos chamados ativos da Misericórdia.

Motivo pelo qual, os terrenos no qual se encontra localizado o pavilhão da Misericórdia, sito no Paço Grande, apresentam hoje potencial de investimento no campo da construção de habitação como fonte de rendimento e sustentabilidade.

Consequentemente, e uma vez que não possível a concretização de uma parceria com a Câmara Municipal de Arganil e o Instituto da Habitação (IHRU) destinada à construção de habitação para arrendamento acessível, há necessidade de rentabilização desses terrenos.

Assim, insere-se no presente projeto de Plano de Atividades e Orçamento a **pretensão de ser aberto um processo destinado à definição de um modelo, assim como de um programa de construção**, podendo incluir o recurso a parcerias com empresas privadas para o desenvolvimento de um projeto urbanístico que permita retorno financeiro para a Misericórdia.

De igual modo, a **reabilitação do Bairro da Misericórdia** não deixa de ser uma preocupação para a Instituição, sendo que neste caso aguarda-se o resultado de uma candidatura ao Programa 1º Direito,



apresentada em Março do corrente ano e que ultrapassou o montante de dois milhões e quatrocentos mil euros (2.400.000,00€).

Entendemos que deverá ser realçado que esta candidatura foi estimulada pela própria autarquia, tendo representado um encargo de dezassete mil e quinhentos euros (17.500,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e foi apresentada no primeiro prazo estabelecido para o ano de 2024.

No entanto, nesta data, para além das reservas que a Mesa Administrativa coloca em relação à sua efetiva aprovação, **estranha a ausência de sinalização de projetos de habitação social para a vila de Arganil**, nomeadamente no acordo de colaboração firmado em Maio de 2023 entre a Câmara Municipal de Arganil e o IHRU, no qual estão identificadas soluções habitacionais no âmbito do 1º Direito, mas todas exteriores à Freguesia de Arganil.

Questiona-se então: Não existe necessidade de habitação social em Arganil, epicentro do concelho e onde se concentra a larga maioria de casos de vulnerabilidade social, bem como o número de imigrantes?

Coloca-se ainda como atividade a realizar, estudar a viabilidade de constituição de um pacote composto por diversas propriedades, e a partir desse proceder a Instituição à colocação no mercado do mesmo, com o intuito de ser feito um arrendamento global, tendo em vista uma melhor gestão de parte do património da Misericórdia.

4.6 A COMARCA DE ARGANIL

“A *Comarca de Arganil*”, conta hoje com cerca de dois mil assinantes e uma edição do jornal online, abrangendo nove concelhos, Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua, Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã e Miranda do Corvo, para além de uma presença além-fronteiras, designadamente na Europa e nos Estados Unidos da América, registando diversos assinantes, quer da versão papel e quer da versão online do jornal.

No âmbito da atividade do jornal *A Comarca de Arganil*, preconiza-se a renovação do acesso aos apoios à imprensa regional, com especial incidência no que se refere às despesas de envio por correio.

Para além disso, pretende-se assegurar a continuidade do patrocínio de algumas obras, nomeadamente de personalidades relacionadas com o Concelho de Arganil, a Beira Serra e mesmo a Misericórdia, tendo



em vista contribuir para a preservação da memória coletiva, algo que está no ADN deste título com mais de 123 anos de existência.

4.7 EQUIPA AÇÃO PALIATIVA

A Misericórdia tem no seu seio uma equipa de ação paliativa, constituída em finais de Dezembro de 2019, que opera em contexto domiciliário e institucional, representando uma mais-valia, não apenas no apoio à comunidade, mas de igual modo no posicionamento estratégico e inovador da Instituição.

Ao longo destes anos, apoiou já mais de 70 utentes, prestando apoio psicossocial, para além de cuidados de saúde, promovendo a aquisição de novas competências para as suas equipas, nomeadamente no âmbito da componente dos Paliativos.

Desse modo, a **manutenção desta componente integrada na estrutura da Instituição continuará a ser uma atividade a dinamizar em 2025**, concentrando a sua ação no concelho de Arganil, promovendo a formação dos seus colaboradores e prosseguindo o caminho para adquirir o estatuto de equipa de cuidados paliativos.

Conta para isso, com o apoio de um clínico, a par da colaboração de uma enfermeira, assistente social, psicóloga e pessoal de apoio, socorrendo-se ainda, quando necessário, de outros profissionais existentes na estrutura operacional da Misericórdia.

4.8 MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS – MATA E JARDINS

Na atualidade, as alterações climáticas têm marcado a discussão política, com a introdução de uma agenda climática, algo a que a Instituição não fica alheia.

Nesse sentido, e olhando para o património natural de que a Misericórdia é possuidora, com destaque para a sua Mata e os seus jardins, serão mantidos em 2025 os esforços para a preservação destes espaços, através de **ações de limpeza e manutenção das faixas de proteção e gestão de combustível**.

Também os acessos e a limpeza destes continuará a ser prioritário, assim como a **contínua reflorestação, com incidência em espécies de folha caduca e autóctones**.



As **parcerias com entidades locais e regionais**, incluindo com entidades do sistema de ensino, continuarão a ter lugar na Mata, com atividades que vão desde aquelas com dimensão cultural, passando por outras como aquelas de natureza desportiva.

A inserção, ou renovação de alguns espaços de lazer, homenageando anteriores membros dos Órgãos Sociais da Misericórdia, ou figuras e personalidades da região, não deixará de ser uma atividade promotora da memória da Misericórdia.

4.9 CANTINAS SOCIAIS

Depois da saída da Misericórdia do POAPMC, na medida em que este já não correspondia aos anseios da Instituição, **manter-se-á a sua presença no programa das Cantinas Sociais**, por meio do qual são apoiados 28 agregados familiares, fornecendo diariamente 30 refeições.

A manutenção deste projeto assenta numa rede de parcerias, composta por diversas IPSS existentes no concelho de Arganil, num total de 7 entidades, incluindo a Misericórdia, que em conjunto e mediante protocolo de colaboração asseguram a concretização de apoio alimentar nas comunidades locais.

No entanto, será importante que o parceiro Estado dê continuidade à valorização da comparticipação para cada uma das refeições, que atualmente é de 3,75€.

4.10 MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS E ATIVIDADES DIVERSAS

Sendo a Misericórdia a mais antiga Instituição de solidariedade social do Concelho de Arganil, fundada em 1647, sempre pautou a sua ação pela manutenção de uma postura de parceria, não apenas com organismos públicos, mas de igual modo com entidades privadas.

Assim, continuará dar apoio ao patrocínio do quadro de mérito e excelência, promovido pelo **Agrupamento de Escolas de Arganil (AEA)**, no valor de duzentos e cinquenta euros (250,00€), integrando ainda o respetivo Conselho Geral.

E nesse contexto, a Misericórdia não escamoteia o facto de o seu anterior Provedor, Prof. José Dias Coimbra, ter sido responsável pela vinda do ensino secundário para o concelho de Arganil, razão pela qual foi anunciado pelo Presidente da Câmara Municipal a intenção de atribuir o seu nome à Escola Secundária de Arganil.



Simultaneamente, manterá a disponibilidade para apoiar o Prémio Jorge Paiva no montante de mil euros (1.000,00€), em **colaboração com o Centro de Formação de Escolas Coimbra Interior**, a para além da parceria com o **Centro Qualifica do AEA**, sem esquecer a relação com o **Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte**.

Por fim, a Instituição não deixará de **assegurar o seu papel junto da ADEPTOLIVA**, onde assume o lugar de membro associado, mantendo a sua presença e participação na discussão dos assuntos essenciais para o desenvolvimento da EPTOLIVA, enquanto escola profissional de referência na região e no panorama nacional.

A celebração de diversos protocolos, ou a manutenção dos estabelecidos, não deixará de ser um foco de atenção, nomeadamente com a Câmara Municipal de Arganil, as IPSS locais, entre outras entidades, públicas ou privadas.

Por outro lado, a Instituição dará continuidade a uma sequência de atividades vocacionadas para os seus utentes, visando não apenas o lazer, bem-estar, mas também de valorização pessoal, as quais se enquadram em documento próprio.

Na componente religiosa, a Misericórdia não deixará de **realizar as tradicionais festividades em honra de Santa Isabel, e do episódio da Visitação**, preparando uma agenda cultural abrangendo o primeiro fim-de-semana de Julho.

Tendo sido retomada, no ano de 2024, a realização da **procissão do Senhor dos Passos**, por ocasião da Páscoa e na qual a Misericórdia participou transportando, não apenas a imagem de Cristo na Cruz, mas também de Nossa Senhora, a Instituição preconiza renovar essa participação e presença.

4.11 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS

Ao longo dos últimos anos a valorização da escola Adães Bermudes, sita no Paço Grande, tem sido concretizada através do funcionamento da Academia Condessa das Canas, cujo contributo para a sua visibilidade tem passado pela Escola de Ballet que aí tem estado radicada.

Razão pela qual a **colaboração e apoio a essa estrutura deverá ser mantido**, desde logo porque a Escola de Ballet tem potencializado e valorizado a marca “*Academia Condessa das Canas*”, expandido seu nome e significado para toda a região.



Assim, e num ano (2024) em que foi celebrado o centenário da trasladação dos restos mortais da maior benemérita da Misericórdia, D. Maria Isabel Freire de Bulhões, não podíamos deixar de estimular a estrutura que não tem deixado esquecer essa figura no esquecimento da historiografia local, enaltecendo o seu nome e os valores que lhe estão associados.

4.12 CINETEATRO ALVES COELHO

De acordo com os termos da escritura de direito de superfície celebrada em 2021, terminará em Abril de 2025 o prazo para **recuperação e reabilitação do Cineteatro Alves Coelho**, razão pela qual a Instituição dedicará especial atenção a este dossier.

Por outro lado, o lançamento do processo para a classificação do imóvel como de Interesse Municipal, estranhando-se o momento deste, suscitou apreensão na Mesa Administrativa, na medida em que poderá indiciar uma justificação para o atraso da intervenção, ou pior, a sua não realização.

Assim, a Instituição estará atenta na defesa deste património e no cumprimento das obrigações constantes do contrato existente entre Misericórdia e Câmara Municipal, no qual está incluído não apenas o prazo, já referido, mas também o projeto de arquitetura a executar.

Caso não haja o respeito por esses compromissos, não restará à Instituição outra forma do que deitar mão dos meios legais ao seu dispor.

4.13 DEFESA DOS INTERESSES DA MISERICÓRDIA – Direito de Superfície e ações contra a Segurança Social

Concluído o processo n.º 166/20.3T8AGN com desfecho favorável à pretensão da Misericórdia, correspondente à questão das rendas do espaço ocupado pelo Centro de Saúde no antigo Hospital Condessa das Canas, segue-se agora o processo 4694/20.2T8CBR, cuja matéria assenta no facto de que a Assembleia Geral da Misericórdia autorizou a utilização (Direito de superfície) de 1438 m², tendo a ARSC ocupado, indevidamente, 2697,80m².

A Instituição irá manter a sua pretensão de ser ressarcida por esse abuso praticado por uma entidade pública, à revelia das deliberações tomadas pela Assembleia Geral da Misericórdia, sendo que se aguarda ainda, a eventual designação da entidade que sucederá à ARSC nos direitos e responsabilidades.



Por outro lado, a Misericórdia não esquece também os compromissos da ARSC relativos à reabilitação do antigo Hospital, no âmbito de candidatura ao Programa Modelar II, e cuja **pertinência para o pagamento da obra em curso não é de somenos importância.**

Este assunto irá merecer uma avaliação sobre a eventual possibilidade **de ser intentada uma terceira ação**, para que seja respeitado e honrado o Contrato firmado sobre esta temática.

Como sempre, a Misericórdia estará disponível para o diálogo sem deixar de defender o seu património que, ao longo dos anos, tem sido disponibilizado ao Estado, mas sem que deste tenha merecido o respeito devido.

Em relação ao contencioso com a Segurança Social, nomeadamente a impugnação judicial relativa aos prestadores de serviço, e à resposta de Centro de Dia (processo n.º 222/22.3BECBR), a Misericórdia manterá a sua posição, contra a, eventual, devolução/pagamento de verbas, por considerar que não há lugar a estas, seja em qualquer uma das ações, assim como no âmbito do processo n.º 4019/24.8T8CBR, este relativo à capacidade da ERPI e respetivos rácios de pessoal.

4.14 PROJETO “CASA COM VIDA R” – BPI E FUNDAÇÃO “LA CAIXA”

Ao longo de 2024, no âmbito de aprovação de projeto submetido ao patrocínio do BPI | Fundação “La Caixa”, foi desenvolvido um projeto inovador no apoio aos utentes das diversas respostas sociais desenvolvidas no Complexo Social e no Complexo de Saúde.

Esse projeto, apesar da data do término em termos de candidatura ocorrer no final do primeiro trimestre, terá continuidade em 2025, fundamentado pelos ganhos obtidos junto dos seus utentes.

Esses ganhos, obtidos a partir de dois ambientes adaptados, com vista à realização de AVDs e AIVDs, foram promotores da potencialização da capacitação, da autonomia e da independência dos utentes, minimizando assim, o impacto do processo de institucionalização.

5. ORÇAMENTO

Ao longo do presente documento foram gizados não apenas os objetivos definidos para o próximo ano, como igualmente as atividades a realizar tendo em vista a concretização dos mesmos.



No entanto, este Plano de Atividades e Orçamento foi previamente enquadrado por uma contextualização de toda a envolvência em que a Misericórdia desenvolve a sua atividade, enquadramento este que condiciona significativamente o desenrolar das ações previstas.

Desde a situação geopolítica, passando pelas componentes económico-financeiras, do País e da Europa, sem esquecer as limitações às receitas pretendidas alcançar, e às extensas variáveis que determinam uma parte significativa dos custos, tudo isto influi no grau de sucesso do planeamento realizado.

Razão pela qual, o Orçamento, apesar de ter sido elaborado com respeito à situação do momento atual, é apenas um exercício de previsão, e por isso, sujeito a um sem número de condicionantes que a Misericórdia está longe de controlar, quando muito, sinalizá-las para encontrar formas de mitigar o respetivo impacto.

Importa ainda dar nota de que, na tabela dos Rendimentos as contas 72 e 75 passam a estar mais interligadas, designadamente por força do processo de normalização contabilístico que, de acordo com as últimas orientações, passarão a identificar parte dos rendimentos resultantes de Acordos de Cooperação como verbas a classificar como sendo de prestação de serviços (72).

Situação que se irá refletir na apresentação das contas do exercício, com a alteração da inscrição dessas verbas, transitando da conta 75 para a conta 72, como aliás há muito que fazia sentido, na medida em que a cooperação com o parceiro Estado não se resume a uma mera subsidiação da atividade da Misericórdia, representando antes uma atividade regular e devidamente protocolada/contratualizada.

Não obstante, os serviços da Instituição procuraram, adotar uma estratégia gradual de implementação dessa alteração.

Assim, poderemos verificar que o presente documento estabelece um total de rendimentos de quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e treze euros (4.586.713€).

Já do lado dos gastos foram inscritos quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete euros (4.369.857€).

Motivo pelo qual, se perspetiva para o ano de 2025, ponderados os rendimentos face aos gastos estimados, que o exercício que se avizinha tenha um resultado líquido positivo em cerca de duzentos e dezasseis mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros (216.855€), o que não deixa de ser interessante.



5.1 RENDIMENTOS

Perspetivando-se a componente dos rendimentos, a Instituição estima a obtenção de um valor total de quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e treze euros (4.586.713€), como aliás anteriormente foi referido.

No entanto, esta estimativa de mais duzentos e oitenta e oito mil e noventa euros (288.090€), que representa um crescimento em mais 6,7% face a idêntica projeção para o ano de 2024, está alavancada na concretização da venda de património, anteriormente autorizado pela Assembleia Geral.

Neste caso em concreto, estamos a falar da venda dos apartamentos existentes no concelho da Amadora, na Rua Miguel Bombarda (n.ºs 56 e 58), cujo contrato promessa de compra e venda foi já devidamente ratificado pela Assembleia Geral, e cuja escritura está preconizada ser realizada no próximo ano.

Razão pela qual, a rubrica referente à conta 78, outros rendimentos e ganhos, prevê um resultado de setecentos e setenta e quatro mil, duzentos e setenta e três euros (774.273€), impulsionados por quatrocentos e sessenta e quatro mil, cento e oitenta euros (464.180€) provenientes da operação de venda de imóveis.

Em sentido inverso, a conta 72 apresenta uma previsão de menos cento e vinte e cinco mil, cento e noventa e cinco euros (125.195€), resultante da diminuição da previsão do número de camas a contratualizar no Hospital de Beneficência Condessa das Canas, passando de 40 para 20, numa estimativa mais prudente, tendo sido apenas inscrita uma receita previsível de trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e oito euros (382.538€).

Recorde-se que para o orçamento de 2024 foi estabelecida uma previsão para o Hospital de Beneficência Condessa das Canas de setecentos e quarenta e oito mil, novecentos e quatro euros (748.904€), ou seja, para 2025 estimou-se uma redução de 48,9%.

Na conta 75 (72), estima-se um incremento de mais sessenta e oito mil, cento e noventa e nove euros (68.199€), totalizando um milhão e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e um euros (1.066.871€).

Face ao orçamento gizado para 2024, o aumento é de 6,8%, uma vez que nesse documento o valor inscrito foi de novecentos e noventa e oito mil, seiscentos e setenta e dois euros (998.672€).



O crescimento agora previsto deve-se, não apenas à atualização dos acordos de cooperação com a Segurança Social, mas especialmente à inclusão em orçamento das verbas referentes às designadas vagas cativas (10), algo que não foi sinalizado em idêntico documento do ano anterior (2024).

Assim, essa tipologia de vagas apresenta uma possível receita de cento e trinta e quatro mil, duzentos e dez euros (134.210€), o que veio incrementar o crescimento dos rendimentos nesta componente dos acordos de cooperação, nos termos já elencados.

5.1.1. RENDIMENTOS / DESCRIÇÃO

Descrição Rendimentos

- Nas mensalidades e nas participações dos utentes e famílias em todas as respostas sociais projetou-se com base na média obtida do saldo a Setembro, replicada a 12 meses, com um montante atualizado em 2%, resultante da taxa de inflação prevista pelas entidades oficiais (BP);
- Foi considerada, na prestação de serviços (conta 72) das respostas sociais, uma manutenção dos níveis de frequência dos utentes, acrescida apenas de uma sala de apoio à infância face à necessidade da comunidade Arganilense para ocupação de crianças em idade escolar de nível básico;
- Já na rubrica do jornal “A Comarca de Arganil”, considerou-se manter o valor da assinatura do jornal, face ao contexto social em que o país se encontra com visíveis repercussões na área geográfica da Instituição, sendo essa um território de baixa densidade populacional. A sub-rubrica publicidade foi ainda atualizada ao montante da taxa da inflação, mantendo a representatividade de cerca de 33% do rendimento total do jornal;
- Nas demais Prestações de Serviços de que tiramos rendimentos, nomeadamente lavandaria e jardinagem, considerou-se manter as tabelas de preços pelas mesmas razões acima invocadas, tendo no entanto sido considerado o aumento da taxa de inflação;
- Considerou-se uma atualização de 2% para os acordos com a Segurança Social (conta 72, anteriormente 75, tendo em conta a alteração do procedimento contabilístico de registo dos valores recebidos provindos da celebração de Acordos Típicos com o Estado), sendo que, no caso de ERPI, foi tido em consideração 120 utentes (entre 85 Utentes em Acordo, 10 Vagas Cativas, 6 Vagas Hospitalares e 19 utentes fora do Acordo), no SAD 40 utentes, sendo que 25 estão abrangidos pelo Acordo de Cooperação, neste último com a majoração de 50% para 10 utentes (serviço prestado ao fim de semana), os restantes são extra



Acordo, os Centros de Dia (Sede e Secarias) contam com a frequência de 31 utentes todos em Acordo e o CATL com 60 utentes sendo esta a capacidade máxima inscrita no Acordo de Cooperação;

- Ainda na área da Infância fora de Acordo de Cooperação, contamos com 31 crianças na rúbrica de AAAF (pré-escolar) e 22 crianças em idade escolar, na sala de apoio à Infância;
- Na área da saúde, o valor da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação e do Hospital Dr. Fernando Valle foi projetado a partir do histórico do exercício do ano anterior (até Setembro) com uma atualização de acordo com a taxa de inflação prevista;
- Ainda na saúde, foi introduzida a Prestação de Serviços que se prevê com a abertura do novo Hospital no 2.º semestre de 2025, considerando uma média de ocupação de 20 camas, de entre 40, ao abrigo de contrato para a tipologia de Média Duração;
- Projetou-se um recebimento de outros serviços (lavandaria, jardinagem, etc.) com base no histórico Setembro de 2024, atualizado pelo valor da inflação;
- No campo da comparticipação da autarquia para as AAAF foi tida em conta uma frequência de 31 crianças, tendo por base um valor unitário mensal de 30,99€ de acordo com o protocolo firmado;
- Considerámos um desdobramento de subsidiação de exploração de outras entidades públicas, ainda na Conta 75, nomeadamente no Empreendedorismo Social;
- Nas rúbricas menos relevantes considerou-se o histórico a Setembro com a correspondente atualização da taxa de inflação de 2%;
- Na conta 78 foi considerada, nos Rendimentos previstos para o ano de 2024, a Restituição do IVA, ao abrigo da legislação em vigor para as IPSS;
- Nos rendimentos e ganhos não financeiros considerámos um aumento das rendas, genericamente ao valor previsto no Aviso n.º 20980-A/2023, isto é, de 2,16%;
- Considerámos ainda, a alienação dos prédios da Rua Miguel Bombarda, na Amadora, com 6 apartamentos, com a realização da Escritura Pública e pagamento remanescente no ano de 2025;
- Nos subsídios ao Investimento, no que se refere à imputação anual correspondente, foi acrescido ao histórico de 2024, a subsidiação esperada sob a aquisição de um veículo elétrico de 9 lugares transformado para comportar uma cadeira de rodas, que servirá de apoio aos Centros de Dia;
- Estão ainda previstos outros Rendimentos com base no histórico a Setembro de 2024, atualizado com o índice de inflação previsto (2%).



Rendimentos - 2025

CONTAS	RENDIMENTOS	Inflação(2%)		Euros	
		PERIODOS		Variação Orçamental	
		2024	2025	(2025-2024)	%
71	VENDAS	0	0	0	0%
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2 854 546	2 729 351	-125 195	-4,39%
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	1 319 244	1 467 484	148 241	11,24%
	Lar	867 644	990 924	123 280	14,21%
	Centro Dia	65 194	104 937	39 742	60,96%
	Apoio Domiciliário	81 618	85 738	4 120	5,05%
	UCC	140 106	131 405	-8 701	-6,21%
	ISS-UCC	135 595	162 232	26 636	19,64%
	ARS-UCC	483 274	555 755	72 481	15,00%
	Seguradoras - UCC	0	0	0	0%
	ATL + AAAF+SALA DE APOIO INFÂNCIA	35 680	45 409	9 729	27,27%
	Fisioterapia	129 000	109 072	-19 929	-15,45%
	Jornal "A Comarca"	147 909	141 083	-6 826	-4,61%
	Assinantes	96 141	94 616	-1 525	-1,59%
	Publicidade	51 768	46 467	-5 301	-10,24%
	Outros (jardinagem+lavandaria)	19 620	20 258	638	3,25%
	HOSPITAL CONDESSA CANAS - 20 CAMAS UMDR:	748 904	382 538	-366 366	-48,92%
	UMDR	0	382 538	382 538	0%
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	998 672	1 066 871	68 199	6,83%
	Centro Distrital da segurança Social	951 648	1 050 239	98 591	10,36%
	ISS - Acordos de Cooperação	925 368	1 010 674	85 305	9,22%
	Lar	560 444	617 585	57 142	10,20%
	Cativo	0	134 210	134 210	0%
	Vaga Hospitalar Port. 38º-A	105 840	102 816	-3 024	-2,86%
	Centros Dia Sede + Secarias	60 863	64 866	4 002	6,58%
	Apoio Domiciliário	154 037	179 803	25 767	16,73%
	Complemento	1 569	1 723	154	9,79%
	ATL	42 616	43 880	1 265	2,97%
	ISS - cantinas sociais	26 280	39 566	13 286	50,55%
	autarquia	16 704	10 568	-6 136	-36,73%
	De Outras Entidades	30 320	6 064	-24 256	-80,00%
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	15 161,65	16 133,40	972	6,41%
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	430 229	774 273	344 045	79,97%
781	Rendimentos Suplementares (média n-1 + proj restituída)	16 899	40 260	23 361	138,24%
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	302 411	560 349	257 938	85,29%
788	Outros	110 919	173 665	62 746	56,57%
	Subsídios para o Investimento	9 126	30 539	21 413	234,63%
	(...) Outros	101 793	143 126	41 333	40,60%
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	15	85	70	0,00%
Total dos Rendimentos		4 298 623	4 586 713	288 090	6,70%

(Tabela n.º 1)



5.2 GASTOS

No campo dos gastos a Instituição assegurou uma previsão que levou em linha de conta, não apenas as variáveis da inflação e da atualização do salário mínimo nacional, bem como as eventuais opções a realizar no contexto de eventual entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

Desse modo, a previsão realizada estabeleceu um hipotético gasto na ordem de grandeza de quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete euros (4.369.857€), o que traduziu um aumento em mais 1,86%, ou seja, mais setenta e nove mil, oitocentos e vinte quatro euros e oitenta cêntimos (79.824,80€), face ao orçamento de 2024.

Esse aumento, apesar de diminuto, quando em comparação com a previsão para o ano de 2024, foi concretizado com o contributo da conta 61, Custo de Mercadorias, em que se prevê um aumento de 71%, ou seja, mais duzentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e oito euros (252.498€), muito devido ao aumento dos géneros alimentares, não apenas com base no histórico e na inflação prevista, mas acima de tudo face ao crescimento do número de refeições a confeccionar, decorrente da perspetiva de entrada em funcionamento de mais uma unidade.

Por seu turno, do lado dos gastos com pessoal, isto é na conta 63, estimou-se um valor inferior face ao orçamento de 2024, pelo simples facto de que se programou a entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Camas apenas com uma ocupação de 20 camas, reduzindo-se as necessidades ao nível dos recursos humanos.

Esta alteração da programação representa uma redução significativa, sendo que no cômputo geral desta rubrica (63) foi registado um valor de dois milhões, setecentos e oitenta e sete mil, trezentos e vinte e um euro (2.787.321€), ou seja, menos 4,1% o que representa uma redução de cento e dezanove mil, setecentos e dezassete euros (119.717€).



Gastos - 2025

CONTAS	GASTOS	PERIODOS		Inflação(2%) Euros	
		2024	2025	Variação Orçamental	
				2025-24	%
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	355 196	607 694	252 498	71,09%
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	226 791	500 422	273 631	120,65%
	Mercadorias (Farmácia)	39 716	40 920	1 205	3,03%
	Matérias de consumo Outros	88 690	66 351	-22 339	-25,19%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	774 502	722 064	-52 438	-6,77%
621	Subcontratados	36 992	34 261	-2 731	-7,38%
	Edição/Impressão Jornal Comarca	36 992	34 261	-2 731	-7,38%
	Edição/ livros Comarca	0	0	0	0%
622	Serviços Especializados	260 465	232 319	-28 146	-10,81%
	Trabalho especializado	124 582	109 656	-14 926	-11,98%
	Honorários	75 295	100 958	25 663	34,08%
	Conservação e reparação	48 182	14 713	-33 468	-69,46%
	Outros	12 406	6 992	-5 414	-43,64%
623	Materiais	55 080	28 511	-26 569	-48,24%
	Ferramentas e ut. Desgaste rápido	10 180	7 449	-2 731	-26,82%
	Material de escritório	27 826	12 624	-15 202	-54,63%
	Outros	17 074	8 438	-8 636	-50,58%
624	Energia e fluidos	222 469	225 573	3 104	1,40%
	Electricidade	56 572	73 767	17 195	30,40%
	Combustíveis	140 499	124 782	-15 717	-11,19%
	Água	25 397	27 024	1 626	6,40%
625	Deslocações, estadas e Transportes	3 686	2 803	-883	-23,95%
626	Serviços Diversos	195 811	198 597	2 786	1,42%
	Comunicação	41 609	36 069	-5 540	-13,31%
	Seguros	12 704	8 978	-3 726	-29,33%
	Limpeza, higiene e conforto	75 076	74 592	-484	-0,64%
	Outros serviços	66 422	78 958	12 536	18,87%
63	GASTOS COM PESSOAL	2 907 038	2 787 321	-119 717	-4,12%
632	Remunerações do pessoal	2 347 892	2 262 393	-85 499	-3,64%
6321	Remunerações certas	2 282 091	2 208 095	-73 997	-3,24%
6322	Remunerações Adicionais	65 801	54 299	-11 502	-17,48%
634	Indemnizações	0	0	0	0%
635	Encargos sobre Remunerações	523 580	482 682	-40 898	-7,81%
636	Seguros de acidentes no trabalho	29 621	33 485	3 864	13,05%
638	Outros Gastos com Pessoal	5 945	8 760	2 815	47,36%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	37 438	40 108	2 670	7,13%
681	Impostos	0	0	0	0%
682/687	Outros Gastos e Perdas em Ativos	0	0	0	0%
688	Outros Gastos e Perdas	37 438	40 108	2 670	7,13%
6881	Correções de Períodos Anteriores		0	0	0%
6882	Donativos		0	0	0%
6883	Quotizações	0	3 845	3 845	0%
6884/6888	Outros Gastos e perdas	37 438	36 263	-1 175	-3,14%
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	185 210	178 109	-7 101	-3,83%
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	30 649	34 562	3 913	12,77%
Total dos Gastos:		4 290 033	4 369 857	79 824,80	1,86%

(Tabela n.º 2)



5.2.1. GASTOS / DESCRIÇÃO

Descrição Gastos

- No custo das mercadorias e das matérias consumidas teve-se em consideração o saldo até Setembro, calculando-se a respetiva média replicada a 12 meses, com a atualização de 2% da taxa de inflação, optando-se por desdobrar a rúbrica entre géneros alimentares, farmácia e consumíveis. Esta rúbrica contempla ainda, a projeção tendo em conta o aumento do n.º de refeições com a abertura do novo hospital em 20 camas;
- No fornecimento de serviços externos, de um modo geral (conta 62), fez-se uma projeção tendo por base o acumulado do ano 2024 (9 meses replicado a 12), levando em linha de conta a taxa de inflação, acrescido dos custos previstos com a entrada em funcionamento do novo hospital para o 2.º semestre de 2025;
- De anotar que a rúbrica Honorários contempla os gastos com o serviço de advocacia que se considerou manter ao histórico, face aos Processos Judiciais existentes e que se preveem transitar para o ano de 2025;
- Na rúbrica energia e fluídos considerámos uma atualização dos valores à taxa da inflação, tendo por base o histórico do exercício de 2024. Há altura, por questões de licenciamentos, ainda não tínhamos registos de produção de energia para autoconsumo, por isso esta projeção não considera esse item;
- Nos custos com pessoal, teve-se em consideração o quadro de pessoal a Setembro de 2024, acrescido dos recursos humanos para o novo hospital obedecendo aos pré-requisitos de referência anunciados pela entidade competente, desta feita, 23 indivíduos de várias áreas, bem como a respetiva atualização do SMN (820,00€ → 870,00€) em 6% face ao atual;
- Nas amortizações considerou-se os elementos sujeitos a depreciação baseado no histórico de 2024, estando estes a ser lançados em duodécimos, acrescido da projeção das amortizações do novo hospital após a sua entrada em funcionamento e dos investimentos previstos para 2025;
- Os juros foram calculados com base nos acordos bancários firmados, nomeadamente, os seus planos prestacionais;
- Nos restantes custos foi levado em linha de conta o acumulado a Setembro e respetiva projeção, levando em linha de conta a taxa de inflação de 2%.



6. INVESTIMENTOS

A Misericórdia estabeleceu para 2025 um quadro de investimentos algo ambicioso, no sentido de que tem em curso compromissos relativos à reabilitação do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, o que dificulta o cumprimento desse mesmo quadro.

No entanto, considera a Instituição, que deverá preconizar uma aposta, não apenas em algum equipamento, designadamente para a cozinha e para a lavandaria, mas de igual modo ao nível da renovação da frota automóvel, a qual está envelhecida.

Assim, e procurando nesse item responder às solicitações, tem em curso candidatura ao PRR – Mobilidade verde para a concretização da aquisição de mais uma viatura, neste caso de apoio ao Centro de Dia.

Assim, a Misericórdia elencou para o próximo ano um total de quinhentos e dezanove mil, seiscentos e três euros (519.603€), dos quais cem mil (100.000€) serão provenientes de subsídios (viatura e projeto de reabilitação bairro social), sendo o remanescente, quatrocentos e nove mil e seiscentos e três euros (419.603€) originários de capitais próprios.

No entanto, nunca é demais salientar, que todo o investimento preconizado dependerá da evolução da situação económica e financeira da Misericórdia, e esta, por intermédio da sua Mesa Administrativa, não colocará em causa a sustentabilidade da mesma.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

INVESTIMENTO	VALOR		TOTAL
	SUBSÍDIOS	OUTROS (Próprios)	
Total	100 000	419 603	519 603
Investimento Financeiro	0	0	0
Activos fixos tangíveis	100 000	419 603	519 603
CALDEIRA LENHA	0	12 500	12 500
REABILITAÇÃO COZINHA, ARMAZÉM	0	100 000	100 000
PROJETO REQUALIFICAÇÃO BAIRO SOCIAL	60 000	0	60 000
EQUIPAMENTO HOSPITAL	0	100 000	100 000
EQUIPAMENTOS LAVANDARIA	0	20 000	20 000
EQUIPAMENTO COZINHA	0	20 000	20 000
MEDIDAS AUTO PROTEÇÃO	0	70 000	70 000
SOFTWARE E EQUIP. INFORMÁTICO	0	7 000	7 000
CANDIDATURAS A INVESTIMENTO	0	60 000	60 000
VEÍCULO 9L ELETRICO CADEIRA RODAS	40 000	30 103	70 103

(Tabela n.º 3)



7. CONCLUSÃO

A vivência da Misericórdia é feita de uma constante luta e labuta em prol dos que dela dependem, muitas vezes sem que da parte de alguns daqueles que servimos haja uma palavra de apreço e reconhecimento.

Infelizmente esses são uma minoria, incapaz de entenderem as dificuldades de que padecemos para manter a dignidade dos serviços que prestamos.

Essa minoria, não raras vezes, ainda deseja ficar com o pouco que os seus pais recebem e que deveria ser entregue a quem deles trata, sabe-se lá com que sacrifício.

Mas esta é a sina desta Santa Casa, servir sem que os que nele servem se sirvam!

Recentemente tivemos o infeliz episódio da aplicação da atualização das participações dos utentes, tendo por base o recebimento de um suplemento extraordinário, e mesmo explicando aos familiares o respetivo enquadramento, nem todos tiveram a capacidade, mas de igual modo a humildade, para perceberem as razões e os motivos dessa atualização temporária, suscitando mal entendidos e alimentando uma mensagem contrária à missão da Misericórdia, e em geral das Misericórdias.

Resta-nos perdoar e sofrer com paciência o mal que nos vão querendo.

Sabemos ainda, que o ano que se aproxima não será fácil, que existem questões a decidir e a tratar, como a **Feira do Mont'Alto e o descrédito a que esta foi votada**, ou mesmo o tema do **Cineteatro Alves Coelho que nos vai deixando apreensivos**.

Já para não falar do **erro e da insensatez de mudar-se o Centro de Saúde do centro da Vila de Arganil** para um espaço bem distante desta, seguramente decisão apenas ao alcance de quem não reside cá, e que trará consequências sobre a eventual continuidade do Serviço de Urgência Básico (SUB).

Também aqui fizemos o que nos competia, e iremos continuar a pugnar para que estas respostas, nomeadamente as urgências continuem neste território, cada vez mais esquecido e abandonado e seguramente não será por culpa da Misericórdia o eventual fecho de serviços.



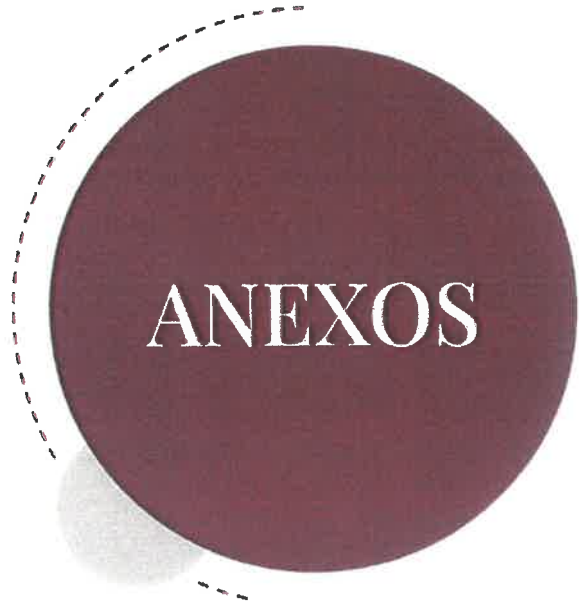
Procuraremos encontrar **solução e viabilidade para dar utilidade ao edificado existente**, seja o reabilitado Hospital de Beneficência Condessa das Canas, seja o Centro de Saúde, inaugurado em 2005 e que fará em 2025, apenas 20 anos.

Mas outros desafios se colocarão para a Mesa Administrativa e todos os demais Órgãos Sociais e, seguramente, com a proteção da Senhora das Misericórdias, seremos capazes de os ultrapassar.

Bem-haja a todos vós, Irmãos da Misericórdia

Arganil, 12 de Novembro de 2024

O Provedor – Prof. António Calvalhais da Costa



ANEXOS



CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS



Santa Casa Da Misericórdia de Arganil

Rua Comendador Cruz Pereira
3300-034 Arganil

1º ORÇAMENTO ANUAL

ANO: 2025

NISS: 20004617166 NIPC: 501 157 654

Euros

Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
			N-1	N
71	VENDAS	a)	0	0
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	b)	2 854 546	2 729 351
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	c)	998 672	1 066 871
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	d)	15 162	16 133
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	e)	355 196	607 694
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	f)	774 502	722 064
63	GASTOS COM PESSOAL	g)	2 907 038	2 787 321
-	AJUSTAMENTO DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERÕES)	-	0	0
-	IMPARIIDADE A RECEBER (PERDAS / REVERSÕES)	-	0	0
-	PROVISÕES (AUMENTO/REDUÇÃO)	-	0	0
-	OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS / REVERÕES)	-	0	0
-	AUMENTO/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	-	0	0
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	h)	430 229	774 273
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	i)	37 438	40 108
	Result. antes de depreciações, gastos de financ. imposto	-	224 434	429 441
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	j)	185 210	178 109
	Result. operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)	-	39 224	251 333
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	k)	15	85
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	l)	30 649	34 562
	Resultado antes de imposto	-	8 590	216 855

A Mesa Administrativa:

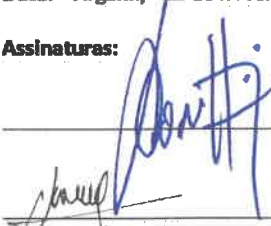


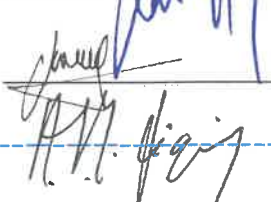
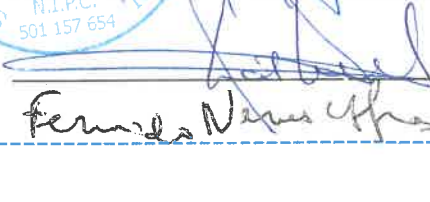
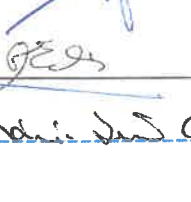
O Conselho Fiscal:

Aprovado em Assembleia Geral:

Data: Arganil, 12 de novembro de 2024

Arganil, 29 de novembro de 2024

Assinaturas:



Notas explicativas do orçamento:

- a)** Provável receita do funcionamento do bar da piscina;
- b)** Verba que se prevê receber da prestação de serviços;
 - Mensalidades dos utentes do Lar, A.T.L., Centro de Dia, Apoio Domiciliário, AAAF UCC e Hospital de Beneficência Condessa das Canas;
 - Fisioterapia;
 - Prestação de serviços de jardinagem e lavandaria a Instituições instaladas no concelho e comunidade;
- c)** Verba que se prevê receber do Estado e serviços dependentes:
 - Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra;
 - Ministério da Saúde resultante dos protocolos de Cuidados Continuados e Hospital de Beneficência Condessa das Canas;
 - Participação financeira de outras atividades e projetos (Empreendedorismo Social – BPI La caixa);
 - Câmara Municipal (AAAF);
- d)** Trabalhos executados por pessoal da Instituição que se destinam aos ativos fixos tangíveis ou a investimento em curso;
- e)** Verba que se pensa bastante para aquisição:
 - Géneros alimentícios para o Complexo Social e para os Complexos de Saúde;
 - Fraldas para os utentes e medicamentos da UCC;
 - Rações para animais, sementes e adubos para a valência agrícola;
- f)** Verba destinada ao pagamento de Fornecimento de Serviços Externos:
 - Gastos de eletricidade, gás para cozinha, aquecimento central e águas, inclui Complexo Social, Fisioterapia, Hospital de Cuidados Continuados e Hospital de Beneficência Condessa das Canas;
 - Consumos de secretaria e expediente geral;
 - Reparação e manutenção de instalações, edifícios arrendados;
 - Aquisição de pequenos utensílios, comunicações, seguros, instalações, deslocações e estadias, honorários, contencioso e notariado, artigos de limpeza, higiene e conforto, publicidade, trabalhos especializados, material didático e saúde dos utentes, entre outros;
- g)** Montante previsto para gastos com pessoal:
 - Remunerações, subsídios de Natal e Férias, contemplando as reclassificações no CCT das Misericórdias;



- Turnos, prémios de produtividade, isenção de horário, trabalho noturno e abono de falhas de caixa;
 - Formação profissional;
 - Indemnizações;
 - Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
 - Outras despesas com o pessoal, nomeadamente, fardamento;
- h) Rendimentos de:**
- Quotas da Irmandade, Campo Dr. Eduardo Ralha e comparticipação nos consumíveis (fraldas, pensos, etc);
 - Serviços sociais que não se refiram à atividade principal da instituição;
 - Valores de Restituição de IVA já liquidado ao Estado;
 - Investimentos não financeiros, ou seja propriedades de investimentos, ativos fixos tangíveis (rendas) e mais-valias em alienações;
 - Subsídio para Investimento;
- i) Nesta conta encontram-se previstos gastos com:**
- Gastos com Cantinas Sociais (parceiros);
 - Donativos concedidos;
 - Comissões e Taxas;
 - Quotizações à União das Misericórdias, outras entidades;
- j) Valores prováveis para os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis (instalações e equipamento, incluindo o novo Hospital e os investimentos previstos para o ano);**
- k) Rendimentos obtidos de depósitos e outras aplicações (depósitos a prazo);**
- l) Juros e Gastos com financiamentos obtidos.**



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL,
Rua Comendador Cruz Pereira, 3300-034 Arganil
TLF 235 200 490 / FAX 235 200 499 * geral@scmarganil.pt
www.scmarganil.pt * www.facebook.com/misericordiadearganil